



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

DANIEL NUNES FERREIRA

**A EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM RECIFE/PE: UMA ANÁLISE DAS ESCOLAS DA
REDE ESTADUAL DE ENSINO**

MOSSORÓ
2017

DANIEL NUNES FERREIRA

**A EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM RECIFE/PE: UMA ANÁLISE DAS ESCOLAS DA
REDE ESTADUAL DE ENSINO**

Artigo apresentado ao Curso de Especialização em Atendimento Educacional Especializado da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal Rural do Semi-Árido como requisito para obtenção do título de Especialista em Atendimento Educacional Especializado.

Orientador: Prof. Me. Emanuel Freitas da Silva.

MOSSORÓ
2017

AGRADECIMENTOS

Seria injusto e demasiado pensar que não devemos agradecer aqueles que contribuíram para os nossos projetos. A solidariedade é algo a ser cativado, estimulado, principalmente no tempo em que vivemos em que a individualidade e a competitividade faz parte do dia a dia.

O desenvolvimento e, por fim, o desfecho desta pesquisa apesar da sensação de alívio após concluí-la, é mister proferir que ao longo desta jornada o caminho não foi fácil e tampouco simples. A solidão por muitas vezes fez parte desta trajetória de maneira que o amor, sobretudo, de minha amada namorada possibilitou que estes momentos servissem de estímulo e perseverança em conseguir o objetivo final. De maneira singular, expresso meus sinceros agradecimentos a Aniely Márcia dos Santos Pereira por tudo que ela representou para mim neste momento, que foram muitos, para não ser enfadonho, reservo-me no direito de não expor, apenas o meu imenso agradecimento a ela!

Diante de tantos dados a serem tabulados, a minha irmã Mariane Cristine Nunes Ferreira pela presteza em atender de prontidão os objetivos, o nosso muito obrigado. Na mesma oportunidade nossa gratidão ao meu amigo Bruno Lopes da Silva, companheiro de muitos trabalhos, agradecemos pelos diálogos que foram importantes para a reflexão acerca do objeto de estudo. Continuando, asseguramos satisfação e agradecimento ao amigo Dyego Freitas Rocha no auxílio contundente no manejo de dados geográficos na fase final. A Saulo Freitas dos Anjos nossos agradecimentos pela compreensão nos momentos de ausência em dados momentos no trabalho, mas também, pelos incentivos para prosseguir.

De modo similar, reafirmarmos que a ajuda proveniente da tutora acadêmica – Prof.^a Me. Gladênia Alves de Moura, desde o início do curso de especialização sempre nos guiou a desenvolver nossas atividades, através de suas orientações e críticas que foram fundamentais para a formação em educação inclusiva. Também, seguindo a mesma linha de raciocínio, firmamos nossos agradecimentos ao orientador – Prof. Me. Emanuel Freitas da Silva, que com suas leituras proporcionou releituras acerca da pesquisa. De maneira igual, agradecemos a todos os docentes que proporcionaram momentos ímpares no que tange a produção do conhecimento.

Por fim, sem igual, fica evidenciada nossa alegria, sem a ajuda da Prof.^a Hélia Maria da Silva Cunha a conclusão desta pesquisa não seria possível, além do esmero no atendimento, ressaltamos o profissionalismo e atenção para conosco. Do mesmo modo, nossos sinceros agradecimentos as Professoras Sabrina Steffane Cavalcanti de Oliveira e Maria Ângela Cavalcanti da Silva quanto ao tempo disponibilizado em nos atender oferecendo um diálogo construtivo sobre o tema que ora estudamos.

“Onde há uma vontade, há um caminho”

Provérbio Chinês

RESUMO

O presente artigo tem por finalidade compreender as ações de promoção ao acesso das pessoas com deficiência à rede regular de ensino em Recife. O referido trabalho de natureza analítica, tem como escopo analisar a situação acerca da educação inclusiva na capital pernambucana a partir da rede pública estadual da cidade em tela. Para o desenvolvimento da pesquisa dados referentes ao quantitativo de matrículas de estudantes com deficiência foram obtidos por meio de consulta ao Censo da Educação Básica, disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), do Ministério da Educação do Brasil. Dados da realidade local foram disponibilizados pela Gerência Regional de Educação (GRE) Recife Sul por meio da documentação direta. Visitas e entrevistas foram empregadas como subsídios à teoria. No que se refere ao desenvolvimento do estudo, compreende-se que a educação é o caminho para o desenvolvimento, quer seja individual ou social. Dessa maneira, a Constituição da República Federativa do Brasil (1988) assegura aos cidadãos a educação enquanto direito social e, que deve prevalecer as condições de igualdade tanto para o acesso quanto a permanência. Na égide de uma educação, de uma escola democrática, acessível a todos, salienta-se a importância de um ensino emancipador, com isso, a emergência de se discutir o valor da educação na garantia da liberdade individual. A rigor, a educação faz parte da formação sociopolítica do ser humano na essência, cumpre frisar que a educação enquanto elemento de desenvolvimento da pessoa se constitui como um direito, ou seja, deve estar ao alcance de todo (as) sem discriminação e preconceito. Para tanto, dispositivos constitucionais brasileiros asseguram a eliminação de quaisquer tipos de barreiras que venham interferir negativamente o processo de ensino-aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

Palavras-Chave: Educação Inclusiva. Atendimento Educacional Especializado. Recife/PE.

ABSTRACT

The purpose of this article is promote the people access in special educational needs to the regular education system in Recife. This research has an analytical nature, and the main scope is analyze the situation on inclusive education at Pernambuco's capital from the state official schools studied. To the research development, it was observed the students quantitative enrollment with disabilities, result offerd by the *Census of Basic Education*, presented by the Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), from the Brazilian Ministry of Education. Local reality data are provided by the Regional Education Management (GRE) responsible for the south area of Recife through data. Visits and interviews were used as theory grants. Regarding to the study development, it is understood as a path to development, whether individual or social. In this way, The Brazilian Constitution (1988) assures the citizens to have social rights, which must prevail as equality conditions for access and stay at school. The search for a meanful education, a democratic school, accessible to everyone, the importance of an emancipatory teaching is emphasized, with an emergence of discussing the education value in guaranteeing individual freedom. In deed, education is part of the human being social construction, and education is a right to everybody, therefore, it must be reachable to every citizen without descrimination or prejudice. In order to do so, Brazilian constitutional provisions ensure the elimination of damages that will negatively interfere in the students teaching-learning process with disabilities, global developmental disorders and high skills or giftedness.

Key-words: Inclusive education. Specialized Educational Services. Recife.

1 INTRODUÇÃO

Em *Pedagogia da Autonomia*, Paulo Freire afirma: “como professor devo saber que sem a curiosidade que me move, que me inquieta, que me insere na busca, não *aprendo* nem *ensino* (2016, p. 83. Grifo do autor). A busca pelo conhecimento faz parte do ofício de lecionar. Quando optamos, neste artigo, em estudar sobre a realidade da educação inclusiva em Recife/PE, buscando compreender as ações de promoção ao acesso das pessoas com deficiência à rede regular de ensino em Recife, a partir da Política Estadual de Educação (PEE) de Pernambuco, temos a convicção de entender como se configura tal conjuntura e oferecer mais um estudo acerca da educação inclusiva.

Inquestionavelmente, seguimos com a ideia de que o acesso à educação garante a liberdade do indivíduo. Por consequência, a escolha em continuarmos nos capacitando faz parte da nossa “utopia” em contribuir para que possamos construir uma sociedade mais digna e solidária. Em síntese, compreendemos que na educação não deve existir barreiras, isto é, todos devem ter acesso, portanto, a nossa escolha em adentrar no universo da educação especial, em certo sentido, atende um anseio profissional, como também, individual.

No que tange à estrutura desta pesquisa, o compilado encontra-se dividido em quatro (4) seções. Inicialmente, na seção dois (2), apresentaremos de forma sucinta as características acerca do município do Recife, em seguida, na seção três (3), discutiremos a importância da educação enquanto conquista social e como direito, também discutir-se-á a relevância do Atendimento Educacional Especializado (AEE); na seção quatro (4) a proposta é evidenciar a realidade da educação inclusiva em Recife a partir das instituições escolares da rede estadual de ensino. Por fim, na seção cinco (5), será apresentado os procedimentos metodológicos que nortearam o presente estudo, de modo que, na subseção 5.2 serão discutidos os resultados alcançados.

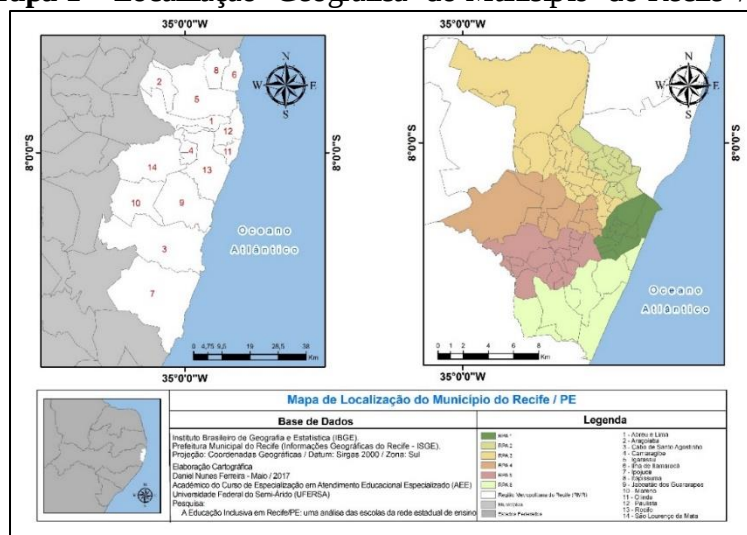
Decidida a temática a ser desenvolvida, a pesquisa terá como objetivos específicos analisar a realidade do Atendimento Educacional Especializado (AEE) nas escolas da rede regular de ensino, e, destacar a relevância das políticas públicas na universalização da educação inclusiva no âmbito da rede regular de ensino.

De forma geral, temos a clarividência que tal estudo precisará de complementações, uma vez que, trata-se de um artigo, isto é, uma pesquisa inicial.

2 BREVE CARACTERIZAÇÃO DO RECORTE ESPACIAL DO OBJETO DE ESTUDO

Com uma área territorial de 218,435 km², o município do Recife, capital política e administrativa do estado de Pernambuco, encontra-se localizado geograficamente na latitude 8° 03' 14" (S) e na longitude 34° 52' 37" (W), tendo como referência o Meridiano de *Greenwich*. Com relação aos limites administrativos, o território municipal tem como área limítrofe ao Norte (N) o município de Paulista, ao Sul (S) o município de Jaboatão dos Guararapes, a Leste (E) o município de Olinda e o Oceano Atlântico e, a Oeste (W) os municípios de São Lourenço da Mata e Camaragibe, conforme pode ser visualizado no Mapa 1.

Mapa 1 – Localização Geográfica do Município do Recife / PE



Autor: Daniel Nunes Ferreira (2017).

Quanto à organização territorial de Pernambuco, o estado possui um ordenamento político administrativo de acordo com as diretrizes elencadas na Lei Estadual n.º 12.427 de 25/09/2003, que divide o território em doze (12) Regiões de Desenvolvimento (RD)¹.

Como foi dito, o estado encontra-se regionalizado em doze porções territoriais para fins de planejamento e administração. Nesse contexto, o município de Recife está inserido na RD Metropolitana juntamente com os municípios de Abreu e Lima, Araçoiaba, Cabo de Santo Agostinho, Camaragibe, Igarassu, Ilha de Itamaracá, Ipojuca, Itapissuma, Jaboatão dos

¹ Para esclarecimentos, consultar: Disponível em: <<http://www.anuario.pe.gov.br/wp-content/uploads/downloads/2017/01/1.1-Regioes-de-Desenvolvimento-e-municipios.pdf>>. Acesso em 01 jun. 2017.

Guararapes, Moreno, Olinda, Paulista, Recife e São Lourenço da Mata, além do Distrito Estadual de Fernando de Noronha.

Com base nos dados da Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco (CONDEPE – FIDEM), o município do Recife encontra-se seccionado em Regiões Político Administrativas (RPA), distribuídas em número de seis (6), abrangendo um total de noventa e dois (92) bairros, como pode ser visto na representação cartográfica (Mapa 1).

Quanto ao quadro natural, o município em tela encontra-se localizado na Zona da Mata da região Nordeste do Brasil, que se configura como um lugar dotado de características regionais peculiares por estar próximo do oceano Atlântico, diferenciando-se das demais regiões do Nordeste. Face ao exposto, Recife possui uma rede hidrográfica significativa em sua geografia local, que é influenciada pelo regime pluviométrico inerente ao local que se encontra, tendo como curso d'água principal - o rio Capibaribe.

Nesse contexto, os demais atributos fisiográficos do município estão associados aos agentes geológicos externos do planeta, dessa forma, o exemplo mais evidente é uma configuração geomorfológica constituído por planícies costeiras, influenciado consideravelmente pela dinâmica eólica e marinha. De modo similar, a constituição pedológica é classificada em Argissolo Vermelho, este tipo de solo é bastante intemperizada devido a influência pluviométrica da região, resultando em um intenso processo erosivo. Dada à relevância ao conjunto dos aspectos físicos descritos, os tipos climáticos úmido e subúmido presentes em Recife, possibilitam o desenvolvimento de uma vegetação exuberante, a Mata Atlântica, constituídas especificamente pelas Florestas Perenefolia e Subperenefolia (CONDEPE – FIDEM).

Em última análise, com uma taxa de 100 % de urbanização, Recife possui uma densidade demográfica (hab/km²) 7.039,64². Devido a sua importância na esfera política e administrativa no estado, Recife desponta no setor econômico expressando sua centralidade enquanto metrópole. Com isso, de acordo com os dados da agência estadual de pesquisa (2014), Recife possui uma participação do Produto Interno Bruto (PIB) dos municípios no PIB do Estado³ de 32,67%.

² Censo Demográfico do ano de 2010.

³ Participação do Produto Interno Bruto (PIB) dos municípios no PIB do estado é o total dos bens e serviços produzidos pelas unidades produtoras residentes, destinados ao consumo final sendo, portanto, equivalente à soma dos valores adicionados pelas diversas atividades econômicas acrescida dos impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos (CONDEPE – FIDEM).

3 A EDUCAÇÃO ENQUANTO FERRAMENTA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Diante da realidade econômica do mundo contemporâneo, qual a responsabilidade da instituição escolar? Qual o papel da educação para a inserção do indivíduo no contexto social? A escola é importante diante deste contexto? Ela deve valorizar a formação humana? A quem a escola deve servir?

Os questionamentos vistos anteriormente, em primeira análise, vêm trazer uma reflexão acerca da posição da educação na sociedade contemporânea, à medida que, é movida por mudanças cada vez mais significativas em diversos campos, ditadas pelo ritmo global, influenciadas pelas demandas de fluxos informacionais que estão diretamente atrelados a esfera econômica-produtiva.

Compreendemos que a educação é o caminho para o desenvolvimento, quer seja individual ou social. Cumpre frisar que o objetivo deste capítulo é evidenciar a importância da educação formal para desenvolvimento da pessoa, embora acreditemos que a educação denominada informal, também cumpre seu papel para a formação do cidadão através de suas características: “por não ser intencional ou organizada, mas, casual e empírica, exercida a partir das vivências, de modo espontâneo” (ARANHA, 2006, p. 94), com isso, aprende-se nas diversas atividades do dia a dia através da família e amigos, por exemplo.

A partir da concepção de Aranha (2006, p. 31), quando afirma que, “a educação não é a simples transmissão herança dos antepassados para as novas gerações, mas o processo pelo qual também se torna possível a gestação do novo e a ruptura com velho”, corroboramos que a educação formal (a instituição escolar) requer mudanças paradigmáticas na sua estrutura, a fim de que, possa contribuir para a formação plena do sujeito.

É pertinente dizer, as mudanças apontadas são válidas, à medida que, a instituição escolar encontra-se inserida no contexto social, político e econômico do mundo na qual pertencemos, dessa forma, a educação formal enquanto ferramenta de formação legalizada, institucionalizada, necessita atender às mudanças decorrentes da dinâmica do atual período.

No prefácio da obra *A educação para além do capital* de István Mészáros, traz uma reflexão acerca do papel da educação na atual conjuntura, pontificando (2008, p. 15):

O objetivo central dos que lutam contra a sociedade mercantil, a alienação e a intolerância é a emancipação humana. A educação, que poderia ser uma alavanca essencial para a mudança, tornou-se instrumento daqueles estigmas da sociedade capitalista: “fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à maquinaria produtiva em expansão do sistema capitalista, mas também gerar e transmitir um quadro de

valores que legitima os interesses dominantes”. Em outras palavras, tornou-se uma peça do processo de acumulação de capital e de estabelecimento de um consenso que torna possível a reprodução do injusto sistema de classes. Em lugar de instrumento de emancipação humana, agora é mecanismo de perpetuação e reprodução desse sistema.

Tendo em vista a interpretação aferida, a emergência de se discutir o valor da educação na garantia da liberdade individual, ou seja, na formação de um ser social crítico e atuante, é urgente! É preciso ressaltar que a educação vai além dos currículos nacionais, é preciso fortalecimento das políticas públicas que garanta ao profissional da educação uma formação ampla e de qualidade, de modo que venham suprir as necessidades cada vez maiores. Nesse sentido, Vianna (2006, p. 136) corrobora:

a educação, como elemento indissociável do ser humano, é o grande alimento para que o homem possa obter o pleno desenvolvimento de suas faculdades físicas, mentais e intelectuais. Ela assegura o indivíduo, liberdade e autonomia, a fim de que possa prosperar na vida.

Na obra *Por uma outra globalização* (2009), Milton Santos discute o fenômeno da globalização em três (3) perspectivas: o mundo como fábula, como perversidade e como possibilidade. Na primeira análise o autor discorre acerca da globalização enquanto fantasia, como tal processo é concebido e repassado por meio de fantasias, calcado por um sistema ideológico dominante; a segunda linha de raciocínio do referido pesquisador, trata o fenômeno de modo perverso, à medida que “a pobreza aumenta e as classes médias perdem em qualidade de vida. O salário médio tende a baixar. A fome e o desabrigo se generalizam em todos os continentes” (p. 19); e, por último, Santos conjectura que “podemos pensar na construção de um outro mundo, mediante uma globalização mais humana” (p. 20).

Torna-se evidente que é preciso uma mudança ou ao menos uma tentativa. Com base nos pressupostos elencados, cremos que a possibilidade de reflexão acerca do atual momento é possível. Nesse sentido, cumpre frisar a importância de uma educação que estimule a cidadania, o olhar crítico perante a conjuntura social e política em que ele pertença. Portanto, isso permite afirmar que “a cidadania, sem dúvida, se aprende. É assim que ela se torna um estado de espírito, enraizado na cultura. É, talvez, nesse sentido, que se costuma dizer que a liberdade não é uma dádiva, mas uma conquista, uma conquista a se manter” (SANTOS, 2007, p. 20).

Isso autoriza concluir que a compreensão acerca da consciência política dos sujeitos poderá ser adquirida por meio de uma conscientização, que por sua vez, está diretamente atrelada a uma educação que promova cidadãos politizados.

3.1 A FUNCIONALIDADE DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

Concebendo a importância da educação para a promoção do desenvolvimento humano numa perspectiva holística, o objetivo desta seção é discutir a relevância do Atendimento Educacional Especializado (AEE) no ensino regular.

Face ao exposto, ratificamos a ideia que antes para o mercado a educação deve se pautar primordialmente na formação humana, é mister explicar que a corrente pedagógica humanista-libertadora tem por fundamento a promoção da problematização da realidade exposta, levando a crer que o questionamento acerca da realidade contraditória existente será o passo inicial para futuras mudanças para a consolidação da equidade social, tornando assim uma sociedade sem distinções entre os indivíduos.

Frente a este desafio Oliveira (2006, p. 120. Grifo da Autora) lança,

A educação freireana apresenta um *caráter libertador*, porque pressupõe a libertação de homens e mulheres, enquanto sujeitos, da adaptação, da alienação em relação ao conhecimento e à história, sendo capazes de problematizar e teorizar sobre a realidade social vivida e de posicionarem-se criticamente perante as contradições de classe social.

No contexto do Neoliberalismo, a educação é forjada para atender os anseios da estrutura econômica seguindo a lógica das empresas que comandam o mercado. Partindo desse princípio, de acordo com Sayla (2011, p. 35), no discurso neoliberal a educação deixa de ser parte do campo social e político para ingressar no mercado e funcionar à sua semelhança. Continuando, Santos (2009, p. 49) explica: “consumismo e competitividade levam o emagrecimento moral e intelectual da pessoa, à redução da personalidade e da visão do mundo, convidando, também, a esquecer a oposição fundamental entre a figura do consumidor e a figura do cidadão”.

Dentro da lógica da produção industrial no mundo globalizado, a educação é um instrumento primordial para a qualificação do futuro trabalhador, ressalta-se que a intenção do mercado é o operador e não o cidadão, portanto,

Na ótica economicista e mercadológica, presente na atual reestruturação produtivista do capitalismo, o desafio essencial da educação consiste na capacitação da mão-de-obra e na requalificação dos trabalhadores, para satisfazer as exigências do sistema produtivo e formar o consumidor exigente e sofisticado para um mercado diversificado, sofisticado e competitivo. Trata-se, portanto, de preparar trabalhadores/consumidores para os novos estilos de consumo e vida moderna. O cidadão eficiente e competente, nessa ótica, é aquele capaz de consumir com eficiência e satisfação e de competir com seus talentos e habilidades no mercado de trabalho (LIBÂNEO, OLIVEIRA; TOSCHI, 2007, p. 111-112).

Oliveira (2006, p. 26) partindo dos pressupostos de Garcia (1977), discorre sobre o conceito de educação e suas características. Nesse contexto, de acordo com a autora a educação “é um fato existencial, teleológico e contínuo”, portanto, “a educação é uma ação constitutiva do ser humano”, a rigor, a educação faz parte da formação sociopolítica do ser humano na essência. Cumpre frisar que a educação enquanto elemento de desenvolvimento da pessoa se constitui como um direito, ou seja, deve estar ao alcance de todo (as) sem discriminação e/ou preconceito.

Sob este ponto de vista, a Constituição da República Federativa do Brasil (1988), roga em seu artigo 6º que a educação é um direito social, de modo que o ensino será ministrado com base no princípio da “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”, destacado no inciso I do artigo 206 (BRASIL, 1988). Ademais, a referida legislação firma que o dever do Estado com a educação para as pessoas com deficiência deverá ser garantida por meio do AEE.

O AEE é regulamentado por meio do Decreto Federal n. 7.611, de 17 de novembro de 2011⁴, preconiza que as pessoas com deficiência deverão ser assistidas por meio “de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades” (BRASIL, 2011). Além disso, o referido dispositivo constitucional assegura a eliminação de quaisquer tipos de barreiras que venham interferir negativamente no processo de ensino-aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

Na égide de uma educação, de uma escola democrática, acessível a todos, salientamos a importância de um ensino emancipador, isto posto, Oliveira (2006, p. 26) exalta que a “educação [no] processo de desenvolvimento do indivíduo – [é] concebida como processo de desenvolvimento das potencialidades e capacidades dos indivíduos. O processo é considerado como algo ‘interior’ que se extrai do indivíduo”.

Apesar da urgência e importância do tema, temos a convicção que o processo de mudança quanto ao atendimento para jovens com deficiência na perspectiva da educação inclusiva não será fácil, devido, a fatores de infraestrutura das instituições escolares, formação pedagógica dos agentes ou daqueles que lidam com a educação diariamente, material pedagógico aos discentes, bem como, na concepção inclusiva que ainda necessita se arraigar nas ações e nas concepções pessoais e/ou profissionais, como também, no desenvolvimento das políticas para a educação.

⁴ Convém ressaltar que o público alvo do AEE são os estudantes com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

4 A EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM RECIFE/PE: PRÁTICA OU TEORIA?

Este capítulo tem por finalidade apresentar o quadro atual da educação inclusiva em Recife, evidenciando as ações que são desenvolvidas no âmbito da rede regular de ensino. Também serão apresentadas as conquistas e dificuldades na implementação da política de educação inclusiva na rede escolar, a partir das visões dos docentes que atuam neste universo. Convém ressaltar que a discussão ora desenvolvida está de acordo com o levantamento realizado na Gerência Regional de Educação (GRE) Recife Sul⁵.

4.1 A REALIDADE DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA REDE REGULAR DE ENSINO

De acordo com dados dos Censos Demográficos realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), percebe-se que a população brasileira vem aumentando. Em 2000 o Brasil detinha de 146.825.475 e, em 2010, possuía um total de 190.755.799 de indivíduos, ou seja, um aumento de 20.956.629 de pessoas. Seguindo a tendência nacional, Recife, entre 2000 e 2010⁶, apresentou um aumento de 239.475 cidadãos.

Ainda, de acordo com o IBGE nos últimos dois (2) censos, a população com deficiência em Recife, na faixa etária em tela, público alvo da educação básica, seguiu o ritmo nacional (Tabela 1), tanto que, torna-se evidente o planejamento que vise garantir o AEE a partir das ações elencadas no §2º do artigo 5º do Decreto Federal n. 7.611, de 17 de novembro de 2011.

Tabela 1 – População Recifense (pessoas com deficiência) 2000 / 2010⁷

Unidade Geográfica	Grupo de idade	Censo 2000	Censo 2010
Recife - PE	0 a 4 anos	3.220	3.244
	5 a 9 anos	6.354	11.758
	10 a 14 anos	10.953	21.013
	15 a 17 anos	6.459	12.453

Fonte: Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA).

É mister o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para atender às demandas sociais instaladas no território. Assim, um setor como da educação deve estar na agenda de discussão no que tange ao planejamento estratégico cujo intuito é garantir os direitos fundamentais elencados em nossos dispositivos legais, em especial, aos itens elencados no

⁵ Para maiores informações, vide Decreto Estadual n. 42.129, de 15 de setembro de 2015.

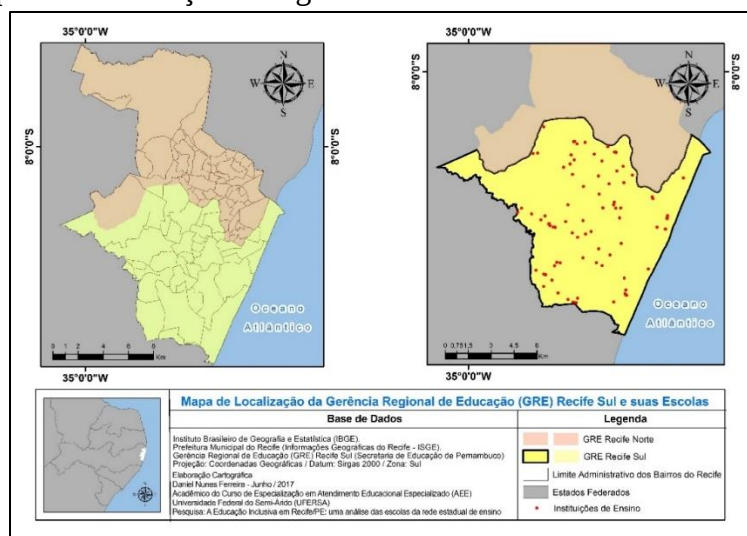
⁶ A população nos Censos 2000 e 2010 em Recife eram: 1.422.905 e 1.537.704, respectivamente.

⁷ Dados extraídos no site eletrônico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Decreto Federal supracitado. Com isso, a população explícita nos dados acima precisa ser atendida de acordo com os preceitos dispostos no artigo 3º da referida lei.

A pesquisa fora desenvolvida na GRE Recife Sul, conforme pode ser localizado no mapa 2.

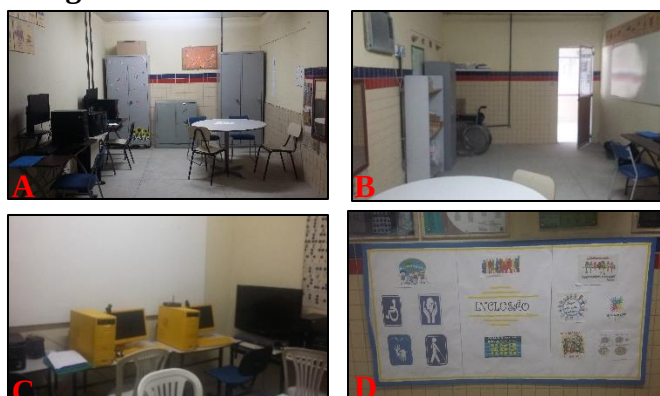
Mapa 2 – Localização Geográfica da GRE Recife Sul e suas Escolas



Autor: Daniel Nunes Ferreira (2017).

A referida gerência tem sob seu domínio oitenta e cinco (85) escolas distribuídas em seu território (Ver mapa 2), por consequência, 11,63% possuem AEE sem o auxílio da Sala de Recursos Multifuncionais (SRM), contudo, as que possuem o AEE com SRM representam 40,70% (Figura 1). Além disso, escolas que não possuem o AEE refletem 46,51% do total.

Figura 1 – Salas de Recursos Multifuncionais



Fonte: Pesquisa de Campo (2017). **Autor:** Daniel Nunes Ferreira.

No que se refere à formação dos docentes que atuam diretamente com o público alvo do AEE, os que possuem licenciatura em Pedagogia simbolizam 6,52%, enquanto os professores graduados em Pedagogia com alguma especialização ligada ao AEE expressam 91,30%.

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E TÉCNICOS

5.1 METODOLOGIA

Quanto à metodologia foi necessário realizar um levantamento de dados acerca da quantidade de escolas sob o domínio da GRE Recife Sul e suas condições quanto ao efetivo profissional que lida com o AEE e sua devida formação, além de verificar a quantidade de escolas que possuem a SRM. A pesquisa documental indireta, alcançada por meio do acesso a legislações, publicações sobre o tema principal, fontes estatísticas (IBGE e INEP) e pesquisa bibliográfica foram de fundamental importância para subsidiar a compreensão da realidade investigada. No que tange aos elementos teóricos, teve-se o cuidado de reunir uma quantidade de material possível para a apreensão do tema estudado.

Com o fim de conhecer um pouco sobre a realidade investigada, a técnica da observação direta intensiva foi utilizada no propósito de obter informações por meio de entrevista com docentes que atuam na área do AEE. O registro por meio de fotografias das SRM foi de igual importância. Por fim, utilizamos a técnica da cartografia digital para ilustrar a pesquisa sobre a localização da área de estudo, bem como, a quantidade de escolas que são atendidas.

5.2 RESULTADOS E DISCUSSÕES

De acordo com o levantamento realizado por meio de entrevistas, esforços estão sendo realizados em prol de uma educação mais humana e solidária para com os estudantes com deficiência. Segundo o Censo da Educação Básica realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), a quantidade de matrículas de estudantes com deficiência, público alvo do AEE, na escola temporal entre 2012 e 2016 vem aumentando gradativamente no município do Recife, a saber: 2012: 4.366; 2013: 4.734; 2014: 5.024 2015: 5.069 e, 2016: 5.104. Vale salientar que, dentre este universo de matrículas, a deficiência intelectual (DI) é a que apresenta o maior número de matrículas, tal situação é coerente quando analisamos os dados da GRE Recife Sul, que representa 74,13% do total de estudantes.

Apesar das dificuldades inerentes ao processo de adaptação ao novo momento na educação, ações de formação pedagógica em torno da questão da educação inclusiva estão sendo desenvolvidas, contudo, é preciso um olhar mais atento por parte da gestão pública quanto aos materiais pedagógicos que são insuficientes proporcionalmente a demanda real no sistema.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como premissa analisar a situação da educação inclusiva na rede estadual em Recife. Ficou demonstrado que a educação é o elemento primordial para o desenvolvimento da pessoa enquanto sujeito social e político, visando a dignidade, a formação para o trabalho e a cidadania, como prever a nossa legislação.

Temos clareza que demos um passo inicial quanto ao tema investigado. Ademais, sabemos que é preciso aprofundar sobre este tema de pesquisa para que possamos continuar contribuindo de alguma forma trazendo novas releituras sobre o Atendimento Educacional Especializado.

A partir dos dados analisados, a realidade da educação inclusiva na rede de ensino estadual em Recife, a partir das concepções dos entrevistados encontra-se em passos lentos, devido à falta de recursos humanos capacitados para atender uma demanda considerável na rede. Entretanto, mesmo com os percalços, conquistas estão sendo alcançadas que aqui mencionamos, tais como: na continuada formação dos profissionais da área, no oferecimento do AEE aos alunos com deficiência dentro dos limites e condições das instituições, dentre outros.

Por outro lado, existem as dificuldades, algumas já levantadas, porém, elencamos outras, a saber: falta de participação da família no acompanhamento do processo de inclusão, como também, falta de sensibilidade por parte dos docentes do ensino regular quanto à situação dos alunos que precisam de atenção, tais posicionamentos foram compilados a partir das entrevistas realizadas.

Por fim, acima de tudo, necessitamos de uma reflexão acerca do nosso papel enquanto professores e responsáveis pelo processo educacional de nossos discentes. Nesse sentido aos docentes principalmente, que à luz do pensamento de Paulo Freire, o mesmo preconiza: “ensinar exige risco, aceitação do novo e rejeição a qualquer forma de discriminação”, também, “ensinar exige reflexão crítica sobre a prática” (FREIRE, 2016). Desse modo, a atuação docente deve estar atrelada a uma prática que estimule o questionamento, a crítica para a construção de uma sociedade livre de preconceito e discriminação.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA ESTADUAL DE PLANEJAMENTO E PESQUISAS DE PERNAMBUCO. Disponível em: <<http://www.condepefidem.pe.gov.br/web/condepe-fidem>>. Acesso em 01 jun. 2017.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO**. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <https://www.senado.gov.br/atividade/const/con1988/con1988_06.06.2017/ind.asp>. Acesso em: 11 jun 2017.

BRASIL. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. **Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm>. Acesso em: 8 maio 2017.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2000**. Disponível em: <<http://www2.sidra.ibge.gov.br/cd/cd2000cgp.asp?o=27&i=P>>. Acesso em: 6 maio 2007.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<http://www2.sidra.ibge.gov.br/cd/cd2010CGP.asp?o=13&i=P>>. Acesso em: 6 maio 2007.

FREIRE, Paulo. **PEDAGOGIA DA AUTONOMIA: saberes necessários à prática educativa**. 53. ed. Rio de Janeiro, 2016.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2012**. Brasília; Inep, 2016. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>>. Acesso em: 6 maio de 2013.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2014**. Brasília; Inep, 2016. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>>. Acesso em: 6 maio de 2015.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2015**. Brasília; Inep, 2017. Disponível em: < <http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>>. Acesso em: 6 maio 2016.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2016**. Brasília; Inep, 2017. Disponível em: < <http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>>. Acesso em: 6 maio 2017.

LIBÂNEO, J.C.; OLIVEIRA, J.F.; TOSCHI, M.S. **EDUCAÇÃO ESCOLAR**: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2007.

MÉSZÁROS, István. **A EDUCAÇÃO PARA ALÉM DO CAPITAL**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno. **FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO**: Reflexões e Debates. Petrópolis: Vozes, 2006.

SANTOS, Milton. **O ESPAÇO DO CIDADÃO**. 7. ed. São Paulo: EDUSP, 2007.

SANTOS, Milton. **POR UMA OUTRA GLOBALIZAÇÃO**: do pensamento único à consciência universal. 18. ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.

SAYLA, Bantu Mendonça Katchipwi. ECCOM. A educação da sociedade técnico-digitalizada, Lorena, v. 2, n. 3, p. 32-40, 2011. Disponível em: <<http://publicacoes.fatea.br/index.php/eccom/article/view/424/277>>. Acesso em: 8 maio 2017.

VIANNA, Carlos Eduardo Souza. **Janus**. Evolução Histórica do conceito de educação e os objetivos constitucionais da educação brasileira, Lorena, v. 3, n. 4, p. 129-138, 2006. Disponível em: <<http://www.publicacoes.fatea.br/index.php/janus/article/viewFile/41/44>>. Acesso em: 8 maio 2017.